

# **Reforma Administrativa à margem da democracia:**

## **Um projeto patronal contra o Serviço Público**

A atual reconfiguração da Reforma Administrativa, conduzida pelo Grupo de Trabalho no Congresso Nacional em articulação com o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), representa uma afronta ao princípio democrático e ao espírito da Constituição de 1988. Sob o pretexto de modernizar o Estado, o que está em curso é um projeto profundamente influenciado por entidades patronais — como a CNI, a Fecomércio e outros representantes do setor privado — que buscam moldar a estrutura da administração pública segundo interesses empresariais, e não do bem comum.

Esse movimento é particularmente grave por um motivo central: as entidades sindicais, legítimas representantes dos servidores públicos — principais impactados pela reforma — estão sendo sistematicamente excluídas do debate. A ausência de representação dos trabalhadores nesse processo é mais do que uma omissão; é uma negação deliberada da pluralidade democrática e um sinal de que a proposta em elaboração não é apenas tecnocrática, mas ideologicamente enviesada.

### **A “eficiência” como eufemismo para precarização**

O discurso dominante nas mesas do GT da Reforma Administrativa gira em torno de palavras como “eficiência”, “meritocracia” e “otimização”. Embora à primeira vista pareçam conceitos neutros ou até desejáveis, na prática vêm sendo usados como instrumentos retóricos para justificar o desmonte dos direitos dos servidores, o enfraquecimento da estabilidade e a substituição de concursos públicos por critérios subjetivos de contratação e promoção.

Sob essa lógica, a meritocracia não passa de uma fachada para institucionalizar a desigualdade e o apadrinhamento político, em nome de uma competitividade que não considera as condições concretas de trabalho, a desigualdade entre regiões e a falta de estrutura nos órgãos públicos. A “eficiência” do modelo empresarial não pode ser aplicada mecanicamente ao serviço público, cuja missão é garantir direitos, e não gerar lucros.

## Um projeto de Estado mínimo a serviço do mercado

A influência maciça das entidades empresariais na elaboração da reforma revela o objetivo real dessa nova roupagem: transformar o Estado em gestor de interesses privados, promovendo a terceirização, a privatização de serviços essenciais e o enfraquecimento do papel do servidor de carreira, substituído por contratos temporários e relações de trabalho instáveis.

Além disso, a insistência em ignorar os mecanismos de controle social e a ausência de um canal de diálogo com o funcionalismo denunciam a natureza autoritária desse processo. Nenhuma reforma séria e legítima pode avançar sem ouvir aqueles que diariamente fazem o serviço público acontecer nas escolas, nos hospitais, nas universidades, nos postos de atendimento e em todas as frentes do Estado.

Diante desse cenário, **O SINTEST-RN não aceitará ser silenciado.** Reafirmamos:

- Nenhuma reforma pode ser discutida sem a presença paritária dos representantes dos servidores públicos.
- A defesa da estabilidade e da carreira pública é inegociável — são pilares contra o clientelismo e a corrupção.
- O discurso da meritocracia deve ser substituído por políticas de valorização, formação contínua e condições dignas de trabalho.
- A eficiência verdadeira vem com investimento, estrutura, diálogo e compromisso com a população — não com corte de direitos.
- Rejeitamos qualquer proposta que transforme o Estado em balcão de negócios para interesses do mercado.

Portanto, é urgente denunciar essa falsa reforma, travestida de modernização, mas orientada por uma lógica empresarial incompatível com o papel social do Estado. **Serviço público se faz com servidores públicos valorizados, ouvidos e respeitados. Sem participação dos trabalhadores, a reforma é ilegítima e deve ser rejeitada.**

**A democracia começa dentro do Estado. E nós, servidores, somos parte essencial dela.**